

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19.22
SET/2023COASE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

Disputa do fundo público e os impactos para as Políticas de Educação e de Ciência, Tecnologia e Inovação

Daniella Borges Ribeiro¹Edineia Figueira dos Anjos Oliveira²Maria Lúcia Teixeira Garcia³

RESUMO

Objetiva discutir a distribuição das bolsas de mestrado e doutorado no contexto da Emenda Constitucional nº 95/2016 e de pandemia da COVID-19 no Brasil. É de abordagem quantitativa, envolvendo pesquisa documental. Os dados foram coletados no GEOCAPES, no portal de dados abertos da Capes (2023) e no portal de dados abertos do CNPq e analisados por meio da análise estatística descritiva. Os resultados demonstram que houve aumento do número de matrículas de mestrandos e doutorandos, mas, uma queda na quantidade de bolsas. Em 2018, 43,7% dos mestrandos tinham bolsas de estudos e, em 2021, apenas 32,9%. No doutorado, em 2018, 46,3% dos discentes possuíam bolsas caindo para 41,8% em 2021. Concluímos que o desfinanciamento começou em contexto de crise e impeachment da presidente Dilma, e da aprovação da Emenda Constitucional nº 95/2016. O desfinanciamento da ciência no Brasil é anterior ao contexto de pandemia da COVID-19, sendo aprofundada neste cenário.

Palavras-chave: Fundo público; educação; ciência.

ABSTRACT

It aims to discuss the distribution of master's and doctoral scholarships in the context of Constitutional Amendment nº 95/2016 and the COVID-19 pandemic in Brazil. It has a quantitative approach, involving documentary research. Data were collected from GEOCAPES, Capes open data portal (2023) and CNPq open data portal and analyzed using descriptive statistical analysis. The results show that there was an increase in the number of enrollments of master's and doctoral students, but a drop in the number of scholarships. In 2018, 43.7% of master's students had scholarships

¹ Universidade Federal de Viçosa; Doutora em Política Social pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES); E-mail: dborgesribeiro@yahoo.com.br

² Pesquisadora do grupo de estudos Fênix (UFES); doutorado e Pós- doutorado em Política Social (UFES); E-mail: eoliveiranjos@yahoo.com.br

³ Universidade Federal do Espírito Santo (UFES); Doutora em Psicologia Social (USP) e Pós-doutora em Política Social (UFES); E-mail: maria.garcia@ufes.br

PROMOÇÃO



APOIO



and, in 2021, only 32.9%. In the doctorate, in 2018, 46.3% of the students had scholarships falling to 41.8% in 2021. We conclude that the defunding began in the context of crisis and impeachment of President Dilma, and the approval of Constitutional Amendment nº 95/2016. The underfunding of science in Brazil predates the context of the COVID-19 pandemic, being deepened in this scenario.

Keywords: public fund; education; science.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo discutir a distribuição das bolsas de pesquisa de mestrado e doutorado em contexto de validação da Emenda Constitucional nº 95 (EC-95/2016) e de pandemia da COVID-19, mostrando como os cortes de gastos impactaram nas políticas de educação e de ciência, tecnologia e inovação no que tange às bolsas de pesquisa. Para tanto, delimitamos os anos de 2018 a 2021, considerando os marcos escolhidos (pós EC 95, o período pandêmico e a disponibilidade dos dados, uma vez que os dados de 2022 não estavam acessíveis)⁴.

Trata-se de pesquisa com abordagem quantitativa, do tipo documental. O corpus documental envolveu dados coletados no sistema dados abertos no portal da Capes (2023), no portal do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e no GEOCAPES. Para a análise dos dados foi utilizada a análise estatística descritiva. As variáveis foram: números de estudantes matriculados no mestrado; número de estudantes matriculados no doutorado; quantidade de bolsas por tipo (mestrado e doutorado).

O texto está organizado em 3 seções, além desta introdução. A próxima seção debate a relevância da ciência para o desenvolvimento dos países, em especial, em contexto de pandemia da COVID-19, bem como a disputa pelos recursos do fundo público em contexto de hegemonia do capital financeiro. Em seguida, apresentamos os resultados e as conclusões.

⁴ Pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG).

2. A CIÊNCIA EM TEMPOS PANDÊMICOS NO BRASIL

A pandemia da COVID-19 teve início quando a Organização Mundial da Saúde (OMS) recebeu, em 31 de dezembro de 2019, um alerta sobre casos de pneumonia na cidade de Wuhan na República Popular da China (OPAS, s/d). Em 30 de janeiro de 2020, a OMS declarou o surto do novo coronavírus como uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) e, em 11 de março de 2020, a COVID-19 foi caracterizada pela OMS como uma pandemia (OPAS, s/d).

Cientistas do mundo inteiro compartilharam informações e dados entre si para o controle da pandemia, a começar pelo sequenciamento do genoma do coronavírus (UNESCO, 2021). Governos estabeleceram comitês científicos *ad hoc*, evidenciando a importância dos cientistas locais para garantir o controle da pandemia nos territórios (UNESCO, 2021). A pandemia demonstrou a importância do compartilhamento de informações por meio de tecnologias digitais, em especial em uma situação de emergência e, mais que isso, a importância da ciência no controle de situações de crises. Ou seja, se de um lado enfrentávamos a pandemia e discursos negacionistas⁵, por outro, a ciência era pressionada a produzir respostas em curto prazo. Apesar de ter causado impactos sociais e econômicos desfavoráveis, a pandemia estimulou sistemas de produção e conhecimento no campo da indústria de biociências (desenvolvimento de vacinas e testes rápidos), bem como em tecnologias de inovação para ferramentas de diagnósticos e controle da doença (UNESCO, 2021).

A pandemia da Covid-19 mostrou o quanto é relevante para o Brasil e para o mundo investir em soluções inovadoras para enfrentar desafios no atendimento às

⁵ “Diariamente, por meio das redes sociais e outros meios de comunicação tendenciosos, a população brasileira é bombardeada por discursos e posicionamentos políticos e ideológicos alicerçados em informações que negam as evidências científicas e se ancoram em narrativas revisionistas e negacionistas” (DOMICIANO et al, 2021, p. 46).

demandas da sociedade, oferecendo resposta rápida por parte dos órgãos públicos, por meio da pesquisa, ciência e tecnologia nacional⁶.

No campo da educação as universidades utilizaram sistemas virtuais adaptando seus sistemas educacionais à aprendizagem remota. No Brasil, o Ministério da Educação lançou as Portarias nº 343 de 17 de março de 2020 (BRASIL, 2020a) e nº 345, de 19 de março de 2020 (BRASIL, 2020b) apontando a substituição das aulas presenciais durante a pandemia. Assim, as instituições de ensino substituíram as aulas presenciais por aulas mediadas pelas Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação.

O que queremos demonstrar é que, se por um lado, a ciência internacional e nacional foi instrumento de inteligência de gestão governamental no enfrentamento à pandemia, que se viu obrigado a apresentar soluções em tempo recorde, por outro, o sistemático desfinanciamento da educação superior e da ciência, repercute sobre as fontes de recursos para apoio à pesquisa. Segundo Observatório Financeiro Conjunto do Banco Mundial e da UNESCO (2021), dois terços dos países de renda baixa e média-baixa cortaram seus orçamentos públicos de educação desde o início da pandemia de Covid-19. Em comparação, apenas um terço dos países de renda média-alta e alta reduziram seus orçamentos. Essas diferentes tendências implicam um aumento significativo das já grandes disparidades de gastos observadas entre países de baixa e alta renda.

No caso do Brasil, em 2021, o orçamento total da CAPES foi 73,4% menor do que em 2015, demonstrando o quadro de sucateamento observado desde 2015, aprofundado em 2020 e, particularmente, em 2021. Os dois anos marcam a eclosão e o agravamento da pandemia de Covid-19 no Brasil, sem resposta à altura do Governo Bolsonaro. Se por um lado as universidades brasileiras sofrem ano a ano com orçamento reduzido, por outro, são pressionadas a aumentarem a pesquisa

⁶ Na pandemia, especialistas temeram o aumento de cortes na ciência, deixando milhares de pesquisadores desempregados e a fuga de pesquisadores (brain drain). Outros acreditaram que a pandemia destacou a importância da ciência e o apoio de longo prazo, especialmente para pesquisa básica (SUBBARAMAN, 2020).

(TUMENAS, 2021). Luiz Davidovich (presidente da Academia Brasileira de Ciências) nos lembrava em 2022 que isso é resultado do descaso do Governo Federal com a ciência global e que isto repercute sobre esta estagnação.

No caso brasileiro, afirmamos o papel do CNPq⁷ da CAPES⁸ como indutores na política de ciência, tecnologia e inovação e educação. Entretanto, essas estruturas vêm tendo redução drástica de recursos nos últimos anos que se aprofundaram no período pandêmico (DELLAGOSTIN, 2021).

2.1. Fundo público: essencial para o capital e condição de vida para a classe trabalhadora

Esta pesquisa, embasada na teoria social crítica, parte da ideia de crise como elemento constitutivo do sistema capitalista. Como apontam Netto e Braz (2006) a crise é a interrupção do movimento do capital: $D - M - D'$ onde a mercadoria produzida não se converte em (mais) dinheiro. Assim, “[...] o movimento do capital fica em suspenso: a reprodução ampliada – isto é, a acumulação – não pode prosseguir” (NETTO; BRAZ, 2006, p. 158).

As crises por si só não são capazes de destruir o modo de produção capitalista. Elas são contraditórias, pois, se por um lado explicitam as contradições, por outro, podem criar condições para a reanimação do sistema e o início de um novo ciclo (NETTO; BRAZ, 2006, p. 158). Ao contrário do que às vezes imaginamos, as crises são funcionais ao modo de produção capitalista quando na correlação de forças a classe trabalhadora é obrigada a pagar o preço mais alto.

Segundo Cislighi (2020) a primeira crise aguda do capital no século XXI ocorreu em 2008, sendo parte de um período de crise estrutural do capital que se desenrola desde a década de 1970. Para a autora, a crise de 2008 deixou os

⁷ O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico é uma agência vinculada ao Ministério de Ciência e Tecnologia, criado em 1951 que exerce a responsabilidade de promover a Ciência, Tecnologia e Inovação e atuar na formulação de suas políticas, nacional e internacionalmente (CURY, 2005).

⁸ A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), fundação vinculada ao Ministério da Educação, emergiu em 1951, sendo responsável por expandir e consolidar a pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado) no território Nacional e no exterior (CURY, 2005).

Estados nacionais mais endividados e para garantir o pagamento das dívidas os credores se esforçam ainda mais para interferirem na política. Logo, “[...] a crise de 2008 levou o capitalismo neoliberal financeirizado a um novo patamar que permitiu na década seguinte a formação de um novo bloco histórico [...] e a ascensão de governos neofascistas em vários países do mundo” (CISLAGHI, 2020, p. 6).

Em momentos de crise, a disputa do fundo público é central, determinando, por exemplo, a expansão pública ou não das políticas sociais. A cena contemporânea está marcada pela crise capitalista em contexto de financeirização onde o fundo público tem sido majoritariamente direcionado para transferir recursos para o capital financeiro, com destaque para os rentistas (SALVADOR, 2020). Segundo Salvador (2020, p. 2)

O fundo público envolve a capacidade que o Estado tem de mobilizar recursos, principalmente tributos, para realizar intervenções em políticas públicas, englobando as políticas econômicas e sociais, o que permite alterar ou conservar a realidade socioeconômica do país. O fundo público, em particular a sua face mais visível, o orçamento público, é determinante para a acumulação do capital e a reprodução social no modo de produção capitalista, espelhando as contradições entre as classes sociais e a correlação de forças políticas na sociedade.

Para Salvador (2020) a disputa dos recursos orçamentários no Brasil está sendo marcada por uma política fiscal de ajuste permanente, com especial expressão a partir de 1993, e após o impeachment da Presidente Dilma com a Emenda Constitucional nº 95 de 2016, acentua-se a “política de austeridade, em particular, a fiscal” (SALVADOR, 2020, p. 4).

Rossi, Dweck e Oliveira (2018) sinalizam que a austeridade como uma política de ajuste foi retomada ainda em 2015, no governo de Dilma Rousseff como um plano para ajuste de curto prazo na economia e revelou a sua forma estrutural no governo Temer com a Emenda Constitucional 95/2016. O Novo Regime Fiscal, aprovado pela EC/95 congela “[...] as chamadas despesas primárias do governo (exceto as despesas financeiras com o pagamento de juros da dívida) por vinte anos, limitando-se a correção pela inflação” (SALVADOR, 2020, p. 4-5). Nas palavras de Salvador (2020, p. 4) “[...] com isso, o Brasil entra na era da

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19.22
SET/2023COASE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

austeridade. A austeridade fiscal é, portanto, a face contemporânea da política de ajuste fiscal permanente em curso no país”.

A entrada de Temer consolidou o projeto de sociedade desigual com enxugamento da máquina estatal e o fortalecimento do mercado, ao qual reconhecemos como ultraneoliberalismo (CISLAGHI, 2020). O Governo Temer implementou a política fiscal que resultou na redução de recursos para todas as políticas sociais, priorizando a estratégia de direcionar recursos para alimentar o capital financeiro (SOUZA; SOARES, 2019). No caso da política de educação, Salvador (2020, p. 5) salienta

A EC 95 sepulta a vinculação dos recursos obrigatórios, no âmbito da União, para educação e saúde a partir de 2018. Por exemplo, é o fim da vinculação de 18% dos impostos para educação. O orçamento federal da educação, em 2019, ficou, pela primeira vez desde 2016, abaixo de R\$ 100 bilhões pagos. No período de 2016 a 2019, apresenta uma perda real de 12,57%, saindo de R\$ 112,71 bilhões para R\$ 98,54 bilhões no ano passado, como consequência direta dos cortes nos recursos orçamentários das instituições federais de educação e o represamento dos concursos públicos na carreira de magistério de nível superior.

Nessas circunstâncias, a crise econômica e social que assola o Brasil é anterior à eclosão da pandemia da COVID-19. A pandemia agravou uma crise em curso e, neste quesito há de se afirmar que a política de saúde, por exemplo, já estava sem investimento público adequado, com valores praticamente congelados desde a validade da EC 95. Entre 2016 a 2019, a função orçamentária saúde demonstra uma insignificante evolução de 0,39%, comparando o investimento de R\$ 118,63 bilhões, em 2016 para R\$ 119,10 bilhões em 2019 (com os valores deflacionados). Por outro lado, as despesas com juros e encargos da dívida pública cresceram 8,5 vezes mais entre 2016 a 2019. Em 2016 o pagamento de juros e encargos da dívida foi de R\$ 242,61 aumentando para R\$ 287,57 bilhões em 2019 (SALVADOR, 2020).

Um dos elementos essenciais no conflito distributivo do fundo público diz respeito a captura de recursos para o pagamento de juros e amortização da dívida pública, o que está diretamente relacionado à financeirização da riqueza e as

PROMOÇÃO



APOIO



mudanças na proteção social no capitalismo contemporâneo. Com a financeirização da riqueza, os mercados financeiros passam a disputar cada vez mais recursos do fundo público, pressionando pelo aumento das despesas financeiras do orçamento estatal. A EC 95 conseguiu viabilizar o congelamento das despesas primárias e priorizar o pagamento das despesas financeiras com juros, encargos e amortização da dívida pública com primazia no orçamento público (SALVADOR, 2020, p. 6). Diante disso, nosso recorte explorou o impacto deste cenário em um aspecto: os cortes nas bolsas da pós-graduação.

3. RESULTADOS

Até 2015, o número de estudantes de mestrado e doutorado matriculados com bolsa da CAPES seguiu tendência crescente e nos anos seguintes nota-se diminuição das bolsas (BRASIL, 2023). Em 2015, 41% dos mestrandos e doutorandos tinham bolsa CAPES declinando para 40% em 2016 (BRASIL, 2023).

Partimos do pressuposto que a garantia do número de bolsas nas diferentes modalidades é uma meta que deve ser alcançada em um país onde se deseja garantir a formação de jovens pesquisadores e potenciais agentes inovadores. Para isso, é necessário ampliar, e não reduzir, a capacidade orçamentário-financeira das instituições de fomento para uma atuação que permita, mesmo em um momento de crise, ao menos, manter uma execução física histórica no que se refere à concessão de bolsas (BRASIL, 2021).

Os dados de 2018 a 2021 demonstram que mesmo nos anos de pandemia da COVID-19 houve aumento do número de matrículas de estudantes de mestrado. Todavia, houve diminuição das bolsas tanto da CAPES quanto do CNPq. No mestrado, em 2018, antes do início da pandemia, 43,7% dos discentes possuíam bolsa de estudo (CAPES e CNPq). Nos anos seguintes seguiu uma tendência de queda (2019- 40,4%; 2020- 37,8%) chegando em 2021 com apenas 32,9% dos estudantes cobertos com bolsas (Tabela 1).

Tabela 1 - Concessão de bolsas no Brasil – mestrado

Ano	Nº de mestrandos matriculados	Nº de bolsas CAPES	Nº de bolsas CNPq	Percentual de mestrandos bolsistas (CAPES e CNPq)
2018	128.866	47.478	8.792	43,7%
2019	130.471	44.232	8.574	40,4%
2020	136.194	43.497	7.906	37,8%
2021	145.422	42.139	5.757	32,9%

Fontes: BRASIL (2020); DELLAGOSTIN (2023); BRASIL (2023).

Dados sistematizados pelas autoras

No doutorado não foi diferente. É possível verificar a elevação de matrículas entre 2018 e 2021. Em 2020, havia 124.530 doutorandos matriculados e, em 2021 (ano de pandemia) este número subiu para 131.832. Mesmo com o aumento do número de bolsas CAPES em 2020 e 2021, e do CNPq em 2020, essas foram superadas pelo aumento do número de matrículas e, no total houve queda da porcentagem de doutorandos atendidos com bolsa nos anos estudados. Em 2018, 46,3% dos doutorandos tinham bolsa, em 2021 apenas 41,8% (Tabela 2).

Tabela 2 - Concessão de bolsas no Brasil – doutorado

Ano	Nº de doutorandos matriculados	Nº de bolsas CAPES	Nº de bolsas CNPq	Percentual de doutorandos bolsistas (CAPES e CNPq)
2018	114.390	44.530	8.473	46,3%
2019	118.121	43.327	8.091	43,5%
2020	124.530	46.105	8.429	43,8%
2021	131.832	47.006	8.146	41,8%

Fontes: BRASIL (2020); DELLAGOSTIN (2023); BRASIL (2023).

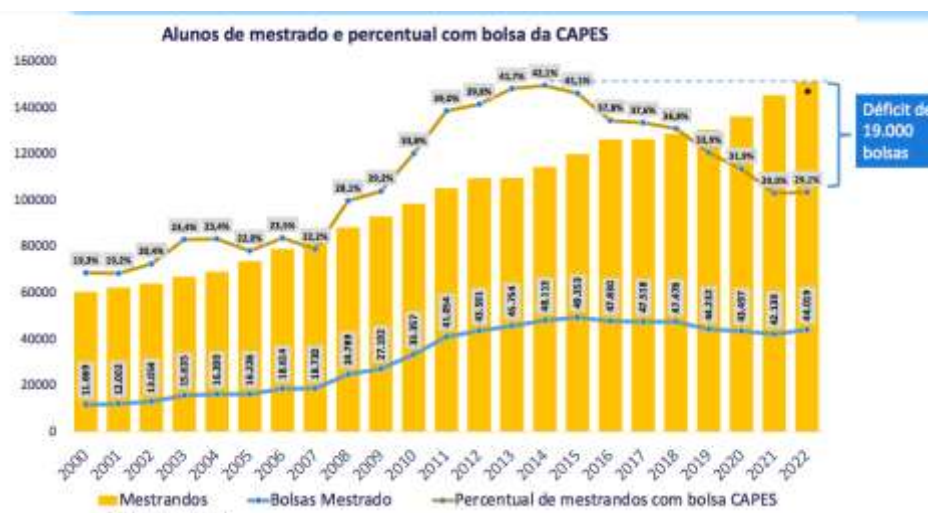
Dados sistematizados pelas autoras, 2023.

Verificamos a redução do número de bolsas tanto ao nível de mestrado quanto de doutorado. É importante destacar que a garantia da ampliação do número de bolsas nas diferentes modalidades concedidas pelas agências de fomento é destacado nos relatórios de gestão das respectivas áreas (Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e Ministério da Educação) como uma importante meta não alcançada (Gráficos 1 e 2) (BRASIL, 2021). Significa dizer que o Brasil não dispensou esforços necessários para garantir a formação de jovens pesquisadores

e potenciais agentes inovadores que promovam a curto, médio e longo prazo o desenvolvimento do país (BRASIL, 2021).

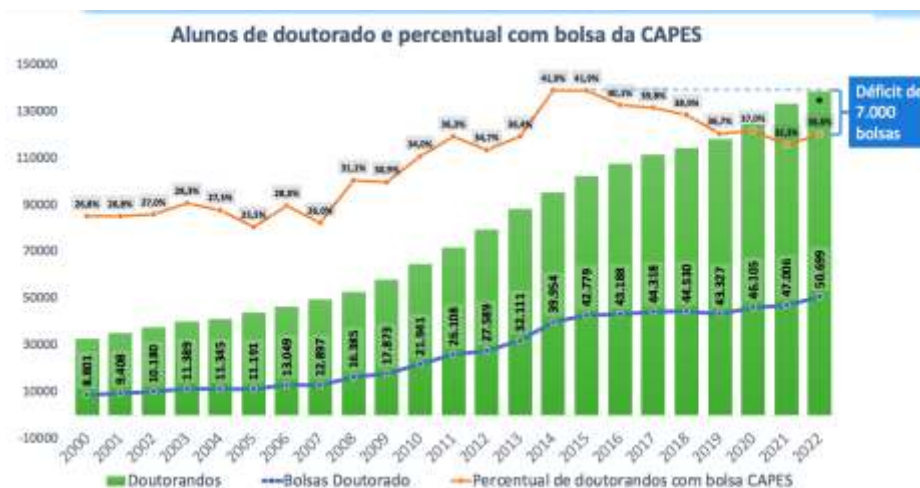
Mais que isso, o Brasil não priorizou a garantia de recursos para as principais agências de financiamento da Ciência, Tecnologia, Inovação e Educação do país. A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior (CAPES), fundação responsável pelo financiamento do sistema nacional de pós-graduação e formação de milhares de professores e cientistas, tem seu orçamento reduzido de 7,7 (em 2015) para 2,4 bilhões de reais (em 2021), afetando o funcionamento de mais de 4,5 mil programas de pós-graduação (GOMES, 2021). Quanto ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), uma das maiores agências de fomento à ciência da América Latina, somente em 2021, teve diminuição de 8% na disposição de recursos em relação ao ano de 2020, o que quase paralisa a agência (GOMES, 2021).

Gráfico 1. Alunos de Mestrado e percentual de bolsas da Capes



Fonte: Capes. Sistematizado por Odir Delagostin, 2023.

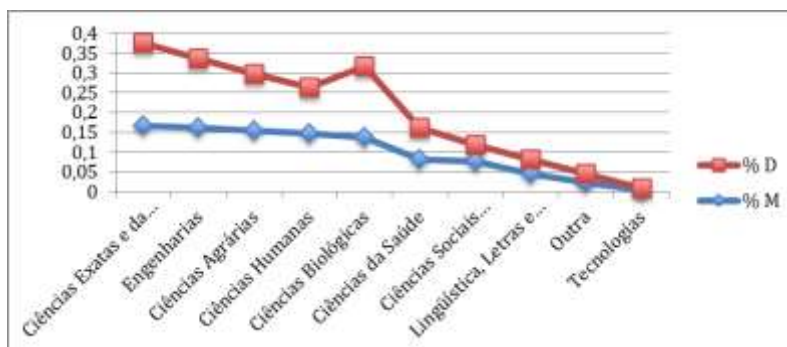
Gráfico 2. Alunos de Doutorado e percentual de bolsas da Capes



Fonte: Capes. Sistematizado por Odir Delagostin, 2023.

Há ainda que se destacar que esse déficit de bolsas não é igual entre as áreas de conhecimento (Gráfico 3). Observa-se maior queda nas ciências da saúde, sociais aplicadas, linguística, letras e artes, outras e tecnologias. Observamos assim, não apenas as quedas diferenciadas entre as áreas, mas, também a não prioridade de áreas da saúde e sociais em pleno período de pandemia.

Gráfico 3. Percentual de bolsas M e D por Grande área entre 2015 e 2021



Fonte: Capes. Sistematizado por Odir Delagostin, 2023.

É preciso destacar que recentemente o Governo Federal anunciou o reajuste das bolsas de graduação, pós-graduação, iniciação científica e bolsa permanência que passam a valer a partir de março de 2023. Para as bolsas de mestrado e doutorado, sem reajustes desde 2013, a variação foi de 40%. Os valores das bolsas (mestrado de R\$ 2.100,00 e doutorado de R\$ 3.100) ainda estão aquém dos valores reajustados - do Mestrado deveria ser de R\$2.665,00 e do Doutorado de R\$3.894,00. Há de se salientar que segundo informação do governo federal também haverá recomposição da quantidade de bolsas oferecidas para o patamar de 2015 (58,6 mil bolsas), quando foi interrompido a tendência crescente na concessão das bolsas de diferentes modalidades (BRASIL, 2023). Ou seja, há ainda muita luta para recomposição e avanços nessa área.

4 CONCLUSÃO

No caso brasileiro, podemos afirmar durante a pandemia da COVID-19 houve um aprofundamento dos cortes de recursos para as bolsas de mestrado e doutorado, mesmo com o aumento do número de matrículas nos programas de pós-graduação stricto sensu.

A diminuição dos recursos para a realização de pesquisas começou anos antes da crise sanitária de 2020, tendo forte relação com a crise econômica vivenciada pelo Brasil a partir de 2015 que culminou no impeachment da presidente Dilma Rousseff e na aprovação, em 2016, no governo de Michel Temer, da Emenda Constitucional nº 95 (EC/95) que congela por 20 anos o gasto público destinado a direitos sociais essenciais como saúde, educação e assistência social (SOUZA; SOARES, 2019).

O investimento em Ciência, tecnologia e inovação, aliado à formação, capacitação e aperfeiçoamento de recursos humanos, devem ser tidos como demandas prioritárias a serem perseguidas pelo Estado Nacional. Qualquer país que deseje enfrentar as exigências do processo produtivo crescentemente globalizado, dinâmico e competitivo, deve priorizar ações de política pública nesta

área. Do mesmo modo, deve ser priorizada a constituição de um quadro de recursos humanos qualificados para a realização das atividades de pesquisa, desenvolvimento do conhecimento e da inovação (UNESCO, 2021). Partimos do princípio de que o investimento para a consolidação do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia deve ser perseguido a despeito do enfrentamento às situações de crise, como o enfrentamento a pandemia, ou seja, o investimento na área deve ser contínuo. Nesta trazemos para o debate um dos elementos essenciais da política de educação e de ciência, tecnologia e inovação do país: as bolsas de pesquisa. O corte das bolsas pode levar estudantes altamente qualificados (cuja formação muitas vezes aconteceu com investimento de recursos públicos) para subempregos ou para o exterior, bem como diminuir a capacidade de desenvolvimento do país.

Como nos aponta Salvador (2020) o ajuste fiscal permanente e a atual fase de austeridade (tendo como marco a EC 95) vêm impactando negativamente as políticas públicas (neste caso falamos da política de educação e de ciência, tecnologia e inovação) diminuindo os recursos e a responsabilidade do Estado no que diz respeito aos direitos sociais.

Embora tenha sido aprovada em 08 de maio de 2020 a Emenda Constitucional 106 (EC-106) que institui Regime Extraordinário Fiscal, Financeiro e de Contratações para enfrentamento de calamidade pública nacional decorrente de pandemia relativa à COVID-19, esta não foi suficiente para as necessidades da população e, inclusive parte do orçamento viabilizado pelo EC-106 para as políticas sociais sequer foram executados (SALVADOR, 2020).

Por fim, ressaltamos que os cortes impostos à política de educação e de ciência, tecnologia e inovação, com destaque à situação das bolsas, fazem parte de um projeto de educação que revelou uma crise mais profunda que a crise sanitária: a crise do modo de produção capitalista.

REFERÊNCIAS

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada
Internacional
Políticas Públicas

19.22
SET/2023

COASE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

BRASIL. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. **Relatório de Gestão 2021**. Brasília, 2021. Disponível em: https://www.gov.br/cnpq/pt-br/acesso-a-informacao/auditorias/Relatorio_de_Gestao_CNPq_2021_v2_COCOM.pdf Acesso em: 10 out. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 343, de 17 de março de 2020. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 18 març. 2020a. Seção: 1, p. 39.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 345, de 19 de março de 2020. Altera a Portaria MEC nº 343, de 17 de março de 2020. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 19 març. 2020b. Seção: 1, p. 1.

BRASIL. Sistema de informações georreferenciadas – **GEOCAPES**. Disponível em: <https://geocapes.capes.gov.br/geocapes/> Acesso em: 28 abril de 2023.

CISLAGHI, J. F. Do neoliberalismo de cooptação ao ultraneoliberalismo: respostas do capital à crise (partes 1, 2 e 3). **Esquerda online**, 2020. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2020/06/08/do-neoliberalismo-de-cooptacao-ao-ultraneoliberalismo-respostas-do-capital-a-crise/> Acesso em: 15 maio de 2023.

CURY, C. R. J. Quadragésimo Ano do Parecer CFE n. 977/65. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 30, p. 07-20, 2005.

DELLAGOSTIN, O. A. Análise do fomento à pesquisa no país e a contribuição das agências Federais e estaduais. **Revista Inovação e Desenvolvimento**. Volume II, Nº 06, 2021.

DELLAGOSTIN, O. A. **O financiamento da CT&I no Brasil**. Trabalho apresentado na CONFAP, 2023.

DOMICIANO, D et al. O ensino de história diante dos discursos negacionistas e revisionistas no contexto da pandemia. **Fronteiras: Revista Catarinense de História**, n. 37, p. 45-60, 28 jul. 2021.

GOMES, F. G. Desindustrialização, Ciência, Tecnologia e Inovação: o subdesenvolvimento persiste. **Revista facepe**. Edição 27, 2021. Disponível em: <https://docplayer.com.br/218324010-Desindustrializacao-ciencia-tecnologia-e-inovacao-o-subdesenvolvimento-persiste.html>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2022.

NETTO, J.P; BRAZ, M. **Economia Política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2011.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada
Internacional
Políticas Públicas

19.22
SET/2023

COASE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE (OPAS). **Folha informativa sobre COVID-19**. [S.l.: s.d.] Disponível em: <<https://www.paho.org/pt/covid19>>. Acesso em: 20 jan. 2023.

ROSSI, P; DWECK, E; OLIVEIRA, A. **Economia para poucos: impactos sociais da austeridade e alternativas para o Brasil**. São Paulo: Autonomia Literária, 2018.

SALVADOR, E. Disputa do fundo público em tempos de pandemia no Brasil. **Textos & Contextos**, v. 19, n. 2, p. 1-15, 2020.

SOUZA, G.; SOARES, M. G. M. Contrarreformas e recuo civilizatório: um breve balanço do governo Temer. **Ser Social**, Brasília, v. 21, n. 44, p. 11-28, 2019.

SUBBARAMAN, N. Sputnik moment or budget breaker: How will the pandemic alter research funding? **Nature**, 02 June 2020. Disponível: <https://www.nature.com/articles/d41586-020-01519-x>

TUMENAS, F. Financiamento das universidades líderes nos rankings internacionais, um caminho para as universidades públicas brasileiras?. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 26, n. 1, 2021. Disponível em: <https://periodicos.uniso.br/avaliacao/article/view/4664>. Acesso em: 20 maio. 2023.

UNESCO. **A corrida contra o tempo por um desenvolvimento mais inteligente – Resumo executivo**. Paris: UNESCO Publishing, 2021.

UNESCO. **Two-Thirds of Poorer Countries Are Cutting Education Budgets Due to COVID-19**. 2021. Disponível: <https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2021/02/22/two-thirds-of-poorer-countries-are-cutting-education-budgets-due-to-covid-19>. Acessado: 19 de maio de 2023.

PROMOÇÃO



APOIO

